

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 105

Pauta: Nomeação dos conselheiros/as para compor a Comissão do CMAS, dentro do COMAS.

Conselheiros/as titulares: Roseli Kraemer (RPR), Simone Kelly (RPR), Claumay Lima do Nascimento Cardoso (RPR), Priscila Ramos (SEFRAS), Darcy Costa (MNPR), Damiso Faustino (SMDHC), Guilherme Nogueira (SEHAB), Maria Luiza Franco Garcia (SMS), Marcia Helena Matsushita (SME), Inspetor João Paulo Guilherme (SMSU).

Conselheiros/as suplentes: Robson Mendonça (MEPSR), Verônica Martines (CDHLG), Átila Robson Pinheiro (RPR), Cleyton Ferreira (Centro de Convivência É de Lei), Priscila Souza (Instituto Somando Mais Ações), Luiza Rabinovici Trotta (SMDHC), Fabiana da Silva Pires (SMS), Thor Saad Ribeiro (SGM)

Demais presentes: Michelle Andreatti (MNLDPDSR), Henrique Hadadd (MNLDPDSR), Fábio Chagas (FACEESP), Romualdo de Lima (MEPSR), Castor Guerra (Soc. Civil), Paulo Braga (MNPR, Casa de Oração e CISARTE), Flávio Menezes (Soc. Civil), Andressa Virginia (Bem da Madrugada), Anderson Wendel (Bem da Madrugada), Maria Eduarda Alves (SMDHC - DPS), Isabella Soares (SMDHC - DPS), Ruan Oliveira (CDHLG), Wilherson Luiz (Defensoria Pública), Alcyr Barbin Neto (SMDHC - ODH), Antonio Freire (Soc. Civil), Rafael Simões (Viva o Vale), Vanderlito (Soc. Civil), Daiane da Silva Santos (RECIFRAN), Antonio Bauto (Soc. Civil), Ivone de Andrade (Soc. Civil), Reinaldo Camargo (Soc. Civil), Matheus Costa Campos (USP), Nilson Leite Junior (USP), Pedro Luiz da Silva (MNPR), Manoel Lima Dantas (MNPR), Fabiano da Cruz Pereira (MNPR), Ana Carolina Silva (Hotel Reinales), Amanda Silva (Hotel Reinales), Allana Silva (Hotel Reinales), Georgia Garcia (A Cor da Rua), Jéssica Nascimento (SEFRAS), Gisele de Abreu (Autonomia em Foco), Michelly Rulfaini (Autonomia II), MaLu Bulgareli (Câmara Municipal), Carmen Santana (A Cor da Rua), Roseli Barbosa (Soc. Civil), Vanderlino Batista (Soc. Civil), Mainã Barbosa (Soc. Civil), Marlon Clemente (Hotel Reinales), Cristiano Clímaco (CRD), Giovana Carlos (SMDHC/PPSR).

Às 15:12 do dia 05 do mês de abril do ano de 2023, na Rua Líbero Badaró, nº 119, com quórum de 61 pessoas, alcançando o quorum mínimo de 3 pessoas representantes de cada segmento, segundo o Regimento Interno, reuniram-se os presentes a fim de discutirem a pauta do mês.

O sr. **Damiso Faustino** (SMDHC) se apresentou como o novo assessor da coordenação, apresentando-se também como novo coordenador do Comitê PopRua. Em seguida, o retorno dos encaminhamentos foram dados conforme a seguinte maneira:

1. Foi feita a presença dos conselheiros/as;
2. As atas de agosto, setembro, outubro, novembro e fevereiro foram aprovadas. A de março ficou para o mês de maio;
3. Foram enviadas as recomendações do Comitê para o plano de baixas temperaturas que entrará em vigor neste mês. As demais recomendações serão registradas e discutidas no espaço técnico da Operação, responsável por montar o plano anual;
4. Não houve retorno das denúncias levantadas sobre seguranças privados, a Ouvidoria não recebeu nenhuma denúncia e está sendo articulado um contato com as equipes da ponta;
5. A assessora da Coordenação PopRua, sra. **Lucas Molino** (SMDHC), iniciou as articulações com a Coordenação de Políticas para Povos Indígenas para a construção da pauta sobre a população indígena que está em situação de rua;

Dos informes oferecidos:

1. O Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas, feito anualmente, está sendo construído com as equipes técnicas envolvidas nas ações de Baixas Temperaturas. Sobre este ponto, foi informado que serão 10 tendas espalhadas pela cidade com os mesmos serviços: alimentação, saúde, oferta de vagas, distribuição de cobertores e de roupas de frio nos dias mais frios. A assessora Lucas explicou que na administração pública, não é possível romper contrato e “contratar outra empresa para o dia seguinte”, o trâmite demora e isso significa ficar sem alimentação nas tendas por um tempo, até a próxima contratação. Assim, foi cobrado da empresa que realizou a entrega de refeições em 2022, a melhoria contínua da alimentação. Além disso, Lucas também disse que a empresa contratada para atuar nas ações de baixas passa por um pregão eletrônico, sendo assim, não é feita uma seleção direta das empresas que prestarão serviços, todas devem se submeter ao processo e a análise conforme legislação;
2. Foi informado que o serviço móvel de atendimento à população em situação de rua, o

CPD, estará no Largo da Batata até maio;

3. A assessora **Giovanna Carlos** (SMDHC) deu alguns informes sobre as formações realizadas recentemente. Foi feita articulação com o Museu Catavento para formações sobre população em situação de rua, rede socioassistencial e relato pessoal, com uma pessoa que sobreviveu à situação de rua. A data ainda será divulgada, mas acontecerá em maio. Outra formação que será realizada pela coordenação, acontecerá no Museu da Imigração, sobre os mesmos temas citados. Além disso, foi realizada uma formação sobre população em situação de rua e o direito à cidade para os alunos do curso de arquitetura e urbanismo do Mackenzie, através de articulação da sra. Lucas com o CAU, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Aconteceram também as formações com as equipes que trabalham no Novo Vale do Anhangabaú, são funcionários e funcionárias da limpeza, do setor de segurança, brigadistas, assistentes sociais e equipes de zeladoria da praça.
4. Foi apresentada a mudança dos conselheiros e conselheiras após o pedido de saída da Paróquia Nossa Senhora Achiropita. Assim, a nova lista de titulares contará com o Movimento Estadual da População em Situação de Rua (MEPSR). Na lista de suplentes, entrou o Instituto Somando Mais Ações. Além disso, a assessora Giovanna também informou que diversas tentativas de contato foram feitas com os conselheiros que não estavam comparecendo às reuniões. São pessoas que foram procuradas também nos sistemas da SMADS, no entanto, não foi possível localizá-los para entender o motivo das faltas. Assim, informou-se que, a partir da portaria de nomeação corrigida, novos conselheiros e conselheiras seriam nomeados/as;
5. Giovanna também informou sobre a realização da Copa da Inclusão, promovida pela Rede de Saúde Mental do município e do Estado. O evento promove o esporte e a integração dos serviços com foco no debate da saúde mental. O evento acontecerá em parceria com o SESC, onde ocorrerá os jogos. A primeira data será dia 24 de maio, em seguida, o evento acontecerá toda última quarta-feira do mês. As principais atividades serão: futebol, show de talentos, tênis de mesa, bingo, jogos de tabuleiro e promoção da economia solidária. Foi debatida na reunião de organização, que aconteceu no dia 04 de abril, no CISARTE, ter como mote algo que seja contra a internação compulsória, sobretudo de pessoas em situação de rua. A questão ainda passará por avaliação;
6. A sociedade civil, com o sr. Damiso, apresentou informes sobre o Festival Internacional Cultura e População em Situação de Rua de 2023. Segundo a apresentação oferecida pelo SESC, "O Festival pretende mostrar os diferentes programas e ações já existentes no Brasil e no exterior para inspirar as organizações a investirem sua energia, conhecimento, influência e recursos em programas que permitam à população em situação de rua acessar seu direito básico à vida cultural." Os principais pontos informados:

- a. Serão quatro dias de programação, finalizando em 19 de agosto;
 - b. As principais atividades: discussões e conversas, apresentações de trabalhos e experiências, música, poesia, dança, teatro e artes visuais;
 - c. Os principais objetivos apontados: fomentar reflexões e práticas que favoreçam a implantação, ampliação e consolidação de projetos por parte das instituições culturais que atendam a pop rua, além de estratégias de diálogo com seus territórios; dar visibilidade aos diferentes programas e ações já existentes no Brasil e no exterior; oferecer aos profissionais reflexões sobre os resultados e a importância desse trabalho na vida do público atendido e nas rotinas institucionais; estabelecer vínculos entre os participantes, criando conexões entre projetos e indivíduos; criar redes de interesses e de discussão.
 - d. Os locais: Pátio B do Museu da Língua Portuguesa (onde ocorrerão debates, palestras e mesas-redondas); Tablado na rua (onde ocorrerão apresentações de ações formativas-culturais em várias linguagens artísticas); Palco na rua (onde acontecerão apresentações culturais de artistas convidados e do território); Locais na rua (onde acontecerão tendas de serviços para a pop rua).
 - e. Frente de trabalho na construção da estrutura com a população em situação de rua e alimentação fornecida por movimentos/organizações que também tem trabalho da população em situação de rua;
 - f. Estão acontecendo reuniões mensais para a organização do evento.
7. Além disso, o MNPR apresentou atividades articuladas com o SESC Bom Retiro, como oficinas de cozinhas brasileiras no espaço do CISArte, contando com a apresentação de um grupo teatral formado por um grupo de egressos do sistema prisional. Na mesma linha, a sra. Roseli ressaltou sobre a importância da cultura e da arte para a transformação da vida da população em situação de rua;
8. O sr. **Robson Mendonça** (MEPSR) informou que começaram as inscrições para os cursos oferecidos pelo Movimento Estadual da População em Situação de Rua em parceria com o SESC, Sebrae e SENAC. Tratam-se de cursos de capacitação e profissionalização destinados a população em situação de rua. Os interessados podem se inscrever no espaço onde serão realizadas as aulas no endereço Rua Maria Borba, nº 15, a partir das 9h. Robson também informou que tem-se notado boa demanda para os cursos, alguns já contam com lista de espera. São cerca de 50 vagas em cursos de curta e média duração. Além disso, o espaço também oferece serviços de cabeleireiros e manicures para a população em situação de rua;

Durante as falas abertas, o sr. **Pedro** (MNPR/Asdrúbal) pediu maior proximidade com a SEHAB, reforçando a importância de projetos como o Asdrúbal, empreendimento de locação social voltado para a população em situação de rua. No mesmo sentido, o sr. **Castor Guerra** pediu moradia para a população em situação de rua, observando a questão das pessoas imigrantes que também estão em situação de vulnerabilidade na cidade.

O sr. **Átila Pinheiro** citou a importância da luta antimanicomial, criticou as ações truculentas da GCM e pediu para que o espaço do comitê seja mais deliberativo do que consultivo. O sr. **Reinaldo**, por sua vez, citou que as pessoas em situação de rua têm direitos e deveres, um destes seria a necessidade de exercer o papel de cidadão mais proativo e propositivo. Também sobre a GCM, a sra. Roseli Kraemer reforçou a importância de uma GCM mais humanizada, citando o exemplo do sr. inspetor Guilherme. Além disso, Roseli também fez a proposta da participação dos espaços inscritos no Rede Cozinha Escola na preparação da alimentação para as tendas da Operação Baixas Temperaturas, citando as cozinhas como o CISArte e a cozinha do MTST.

O sr. Robson Mendonça pontuou a necessidade de uma melhor comunicação e circulação de informações entre as pessoas em situação de rua. O mesmo também informou que não haverá o tradicional evento Cultura e Cidadania por conta das outras ações que o Movimento está tocando.

O sr. **Arleon** pediu maior participação das pessoas em situação de calçada, já a sra. **Simone Kelly** (RPR), pontuou a importância da articulação com CAPS, para trazer a ponta para o espaço do Comitê e desenvolver a questão da saúde mental e a situação de rua. Também em relação à saúde, o sr. Paulo pediu participação das equipes estaduais da saúde no espaço do Comitê logo após citar a importância dos movimentos da população em situação de rua no espaço do CoMuDA.

O sr. **Cleiton Ferreira** (É de Lei) denunciou os casos de retiradas das barracas e pediu, novamente, a data da oficina com SGM sobre habitação. Além disso, denunciou também o desmonte do Bom Prato Campos Elíseos, recém substituído pelo Bom Prato Móvel que, segundo o conselheiro, serve refeições de qualidade baixa. O sr. **Ruan** (CDHLG) reiterou a questão do fechamento do Bom Prato, e informou sobre a suspensão da liminar que proibia a retirada de barracas e pertences, exigindo um posicionamento do Comitê. O mesmo também sugeriu a construção coletiva das atas do conselho.

O sr. **Wilmar Rodrigues** informou ser da região da Lapa, Vila Leopoldina, CEASA, leu a carta do coletivo “Voz da Rua” e citou o aumento da população em situação de rua ao redor do CEASA. O mesmo fez uma denúncia do CAPS da região, citando que a “limpeza” que está acontecendo na “cracolândia”, também está acontecendo nos entornos do CEASA.

A sra. **Roseli Khoá** falou sobre a situação das pessoas indígenas que não se

autodeclararam como tal e que, portanto, os dados acerca da população indígena em situação de rua acabam distorcidos. Assim, Roseli sugeriu que o número apontado pelo censo é, na verdade, bem maior e que é necessária uma aproximação com essas pessoas, de maneira “contínua” .

A reunião então entra na pauta às 16:44, com apresentação do sr. Lucas Amaral, representando a SMADS. Em sua fala, Lucas citou que “nunca houve um crescimento tão grande de vagas de acolhimento”, pontuando que o sr. secretário Carlos Bezerra tem compromisso com a qualidade do serviço de acolhimento, portanto, está acontecendo também a requalificação de alguns serviços. Lucas citou como exemplo o Zaki Narchi, que, recentemente foi desmembrado em dois outros serviços: 400 vagas para o Parque Vila Maria e 200 vagas para outro serviço na mesma região. O assessor citou que tem-se enfrentado resistências dos bairros afastados do centro em relação a construção de um serviço voltado para população em situação de rua, Lucas chamou este caso como casos de “aporofobia”.

O assessor também informou que, dentro de um mês, haverá a expansão dos hotéis sociais com 1022 novas vagas, sendo que 80 serão pernoite no Hotel Natal. Além disso, são previstas 100 novas vagas do Programa Reencontro até o mês de junho.

Em seguida, o sr. Lucas Amaral apresentou o assunto da pauta, trata-se do pedido de representação de dois membros titulares do Comitê para compor a comissão de organização da Conferência Municipal de Assistência Social, um espaço onde estarão os mais diversos territórios apresentando um diagnóstico da região a fim de lançar propostas para mudanças no sistema da assistência social. Lucas informou que ainda não há datas certas, mas que isso será repassado para os conselheiros/as que forem eleitos/as.

Eram necessários dois representantes da sociedade civil. Roseli Kraemer, Simone Kelly e Robson Mendonça demonstraram interesse. A votação foi feita no momento, com os titulares presentes e os suplentes correspondentes. Se deu o seguinte resultado:

- Roseli Kraemer (RPR): votou em si mesma;
- Claumay Lima (RPR): votou em Simone Kelly;
- Simone Kelly (RPR): votou em si mesma;
- CDHLG: votou em Roseli Kraemer;
- SEFRAS: votou em Roseli Kraemer;
- MNPR não estava ausente no momento da votação;
- MEPSR: votou em seu representante, Robson Mendonça;
- Inspetor Guilherme (SMSU): votou em MEPSR;
- Maria Luiza Franco (SMS): votou em MEPSR;
- Guilherme Nogueira (SEHAB): votou em Simone Kelly;
- Thor Saad (SGM): votou em MEPSR;

- Damiso Faustino (SMDHC): votou em Roseli Kraemer.

A sra. Roseli Kraemer ficou com 4 votos, o Movimento Estadual da População em Situação de Rua, com sr. Robson Mendonça de representante, também ficou com 4 votos, e, por fim, a sra. Simone Kelly pontuou 3 votos. Desta forma foram definidos os representantes do Comitê para a organização da Conferência Municipal de Assistência Social.

Em seguida, foi passado para a segunda pauta do dia, apresentada pela assessora sra. Giovanna Carlos (SMDHC). Neste mesmo momento, foi passado o formulário de avaliação e monitoramento do Comitê, a fim de se construir o relatório anual do conselho. As perguntas do formulário avaliaram o perfil do participante e pediram avaliações em relação ao papel e espaço do Comitê. Neste momento, a reunião já se encontrava mais esvaziada, portanto, nem todas as pessoas presentes puderam responder o formulário passado. O resultado será divulgado nos próximos meses em reuniões ordinárias.

Nesta segunda pauta, foi apresentado um resumo do planejamento de ações do Subcomitê Permanente de Zeladoria Urbana e apresentação do tema do seminário anual do conselho. Giovanna apresentou os três principais eixos do planejamento (que têm base na atribuição dada pela Lei 17.252/2019 e pelo Decreto 59.246/2020) que já foram apresentados ao Subcomitê. São eles:

1. **Articular:** com maior contato com movimentos sociais, defensoria, ouvidorias, equipes da ponta, construção da portaria de nomeação com pontos focais das subprefeituras e atuação com os equipamentos de Direitos Humanos, como o CPD e os Núcleos de Direitos Humanos. As articulações são a porta de entrada para os dois próximos eixos;
2. **Formar:** reformulação do material informativo com inspiração no Guia PopRua e com uma versão para agentes de zeladoria e para a população em situação de rua com os principais pontos do decreto de maneira simples e ilustrativa. Além disso, será discutido também um modelo de informativo sobre o tema de zeladoria urbana para as equipes da ponta. Neste mesmo eixo, prevê-se formações continuadas com reuniões semestrais com os pontos focais das 6 subprefeituras de maior concentração. A assessora apontou, no entanto, uma dificuldade muito grande em relação à concretização de um relacionamento com esses pontos focais, uma vez que os representantes não respondem às solicitações da SMDHC. Essas formações continuadas levam em consideração a rotatividade das equipes de zeladoria urbana, assim, foram pensadas formações semestrais com cada unidade. Neste mesmo eixo, programam-se a volta das formações para SEAS e CnR, pensando em uma estratégia de articular pela ponta para informação chegar no

público alvo e aumentarem as denúncias formalizadas. Por último, foi pensado a inclusão de aulas públicas nos territórios sobre o tema de zeladoria urbana - algo que contaria com apoio dos movimentos sociais;

3. **Monitorar:** A coordenação reconhece a importância de uma maior atenção às ferramentas que disponibilizam informações para além do canal do WhatsApp, são elas: o site da Coordenação e a gestão do Drive público. Neste mesmo eixo, considera-se a necessidade de uma melhor gestão das denúncias, isto é, um monitoramento qualificado e que reúna informações de mais órgãos como saúde, SMADS, ODH, CPD, DPE, etc. A partir disso, será considerado um observatório dessas denúncias a fim de entender a demanda de cada território e ter um entendimento maior do que realmente acontece nas denúncias de zeladoria urbana. Também planeja-se avaliar e otimizar o fluxo de denúncias que já foi apresentado para o Subcomitê, sobretudo a partir das pontuações feitas pela sociedade civil.

Em relação ao seminário, o tema foi alterado a pedido dos conselheiros e passou a ser zeladoria urbana e população em situação de rua. A assessora apresentou o esquema até então organizado pela Coordenação, mas destacou que o processo será aberto e mudanças deverão ser feitas a partir do que foi apresentado na reunião.

A programação conta com um dia inteiro de mesas e rodas de conversa e, um dos objetivos principais, será a construção de um relatório público do evento com os principais apontamentos para mudança da realidade da zeladoria urbana em relação ao tratamento para com as pessoas em situação de rua. Os pontos da programação são:

- Credenciamento das 08 às 9h;
- **Mesa 1:** com abertura da secretária municipal de direitos humanos e cidadania, Soninha Francine. Esta mesa vai debater o histórico da zeladoria urbana e a população em situação de rua até os dias de hoje. Prevê-se 4 convidados com 15 minutos de fala cada e 30 minutos de debate com participação do público. O nome da pesquisadora Luciana Ribas foi cotado;
- **Mesa 2:** contará com o debate sobre a construção de um serviço de zeladoria urbana que garanta direitos e não viole-os. Desta forma, o objetivo é traçar um futuro para a zeladoria urbana. Esta mesa contará com 5 participantes com 15 minutos de fala e mais 30 minutos de debate com participação do público. Aqui foi cotado a presença da Defensoria Pública;
- Em relação ao almoço, será articulada a disponibilização de refeições oferecidas pelo Rede Cozinha Cidadã para as pessoas em situação de rua no evento;
- Na parte da tarde, o planejamento prevê 4 rodas de conversa concomitantes. As rodas de

conversa terão caráter menos centralizador do que, em comparação, às mesas. Assim, é esperada uma maior participação do público. Até então, foram pensados alguns temas para as rodas (destes, serão escolhidos apenas 4): Apresentação dos movimentos sociais; os desafios da escuta e as possíveis resoluções de denúncias de violação de direitos em ações de zeladoria urbana; a presença de uma figura mediadora com conhecimento em direitos humanos, mediação de conflitos, redução de danos e com conhecimento do decreto, em ações de zeladoria urbana; limpeza urbana em cenas de uso; os desafios de formações para servidores da zeladoria urbana, e as condições de trabalho destes; o papel da GCM nas ações; o papel dos conselhos participativos na construção de uma zeladoria urbana que respeite os direitos da população em situação de rua.

Giovanna destacou que todas as mesas contarão com a presença de pessoas em situação de calçada ou que estejam acolhidas. Além disso, o evento ocorrerá em agosto, na proposta de se fazer um mês para a população em situação de rua. O horário pensado foi: 9h às 18h, na Faculdade de Direitos, no Largo São Francisco.

Em seguida, os presentes na reunião fizeram alguns apontamentos. A sra. Roseli Kraemer (RPR) afirmou que um dia é pouco para garantir a qualidade dos debates do evento, outras pessoas presentes na reunião concordaram. Imediatamente, a sra. Giovanna Carlos afirmou que atualmente há um impasse orçamentário, mas que a SMDHC está buscando possibilidades de expandi-lo por mais um dia. A sra. Roseli completou com a necessidade de se realizar formações com as equipes de zeladoria urbana. A assessora concordou e citou a dificuldade no acesso a essas subprefeituras, adicionando que a Coordenação está sempre no processo de articulação para realização desse processo formativo.

O sr. inspetor Guilherme (SMSU) informou que a GCM participou de um ciclo de formações sobre direitos humanos e zeladoria urbana e que existe uma proposta de replicar esta formação para outras subprefeituras.

A sra. Roseli retomou a fala para confessar que, nos três anos em que está no Comitê, é a pessoa mais frustrada pela falta de respostas do Governo. Por isso reafirmou a importância de garantir as formações com profissionais da ponta na execução da Zeladoria Urbana, a mesma acredita que precisa ter um fórum para discutir as questões referentes à população em situação de rua, um espaço que vá além de um Seminário. Também colocou que acredita que é necessário uma discussão mais ampla e uma forma de intimar a participação das representações do Poder Público nos espaços do Comitê, Fórum e Seminário para garantir de fato o diálogo.

O sr. Paulo (MNPR) propôs que, caso seja apenas um dia, que o evento inicie mais cedo e termine mais tarde - garantindo alimentação. Sugeriu também que o seminário seja realizado no Colégio do Parque do Pedro, utilizando a área externa para as plenárias e as salas para as trocas.

Falou também que existem espaços, como o Glicério, o Chapéu da Mata e outros onde a Zeladoria não está atuando.

A sra. **Maria Luiza Burgareli** (Gabinete Vereadora Luna) se reapresentou como assessora da Vereadora Luna, que entrou no lugar do Suplicy e está tocando as pautas de Pop Rua na câmara. Maria Luiza propôs o encaminhamento para a mesa de que a SMADS tenha um espaço de informes fixos para passar informações relevantes à Sociedade Civil. E que seja enviado às/aos demais conselheiras/os dados das vagas abertas de acolhimento que foram anunciadas no Comitê. Sobre o Seminário, reiterou a importância de realizá-lo em dois dias. Ato contínuo, relatou sobre o cenário de violações e não cumprimento das Leis por parte da Prefeitura Municipal sobre as ações de Zeladoria Urbana. Disse ser fundamental a presença da SMADS para dar esclarecimentos sobre as informações que a Secretaria diz ter das agendas das ações de Z.U.

O sr. Cleiton Ferreira (É de Lei) apoiou a fala de Maria Luiza, e apoiou também a execução do Seminário em 2 dias. Mas reforçou a importância de garantir pessoas LGBTQIA+, sobretudo as pessoas trans, na participação das mesas. Falou da necessidade de apontarmos as condições das pessoas com deficiência que vivem em situação de vulnerabilidade, embaixo dos viadutos, e que estão sendo atingidos pelas ações de Z.U. Fez a proposta de encaminhamento de que seja questionado ao Governo sobre as ações formativas relacionadas ao Programa Reencontro. E também a cobrança sobre pautar as relações entre os espaços de acolhimento e as pessoas em uso de substâncias. Fez um encaminhamento para discutir na próxima reunião, as falhas no processo de execução do POT - outros conselheiros presentes na reunião concordaram.

O sr. **Willherson Luiz** (DPE) falou que as ações de zeladoria é onde se realizam as principais violências contra a população em situação de rua. E que precisa ser abordada a relação de prioridades do cuidado demonstrado pelo poder público. Afirmou também que a proposta é de utilizarmos os espaços do seminário para apresentar as violações, e não sobre o que é a zeladoria urbana em si. Que tenhamos a formação de um grupo para passar os encaminhamentos e denúncias oriundas do Seminário. No mesmo sentido, o sr. Cleiton sugeriu que, profissionais que atuam na ponta, possam juntar as denúncias e pensar no que pode ser feito de proposta para aprofundar no seminário.

O sr. **Thor Saad** (SGM) deu o informe sobre os problemas que encontraram em relação ao POT, pontos que já estão sendo resolvidos na questão da passagem da Frente de Trabalho para o POT.

A sra. **Verônica Martines** (CDHLG) trouxe como proposta o retorno das discussões do Regimento Interno. Também trouxe a sugestão de pauta sobre o Bom Prato para o próximo encontro. Também propôs um informe por e-mail para as mudanças nas representações do Comitê.

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável
01	Informe sobre vagas encaminhadas por e-mail;	SMDHC/CPPSR
02	Construir um informe fixo da Assistência e demais secretarias;	SMDHC/CPPSR
03	Verificar possibilidade de um seminário que ocorra por dois dias;	SMDHC/CPPSR
04	Realização da oficina sobre moradia, proposta por SGM;	SMDHC/CPPSR
05	Adicionar no plano do seminário temática do uso de substâncias;	SMDHC/CPPSR
06	Chamar SMDET para próxima reunião ordinária para dar um esclarecimento sobre Bolsa Trabalho e POT.	SMDHC/CPPSR